

Sociedade Espanhola de
Beneficência

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2018

30 de Maio de 2019

(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho)

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	2
BALANÇO	3
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
NOTA INTRODUTÓRIA	6
NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	6
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	7
3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO	7
3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE	7
3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO	7
3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO	7
3.1.5. - COMPENSAÇÃO	7
3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA	8
3.2.– POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO	8
3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	8
3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	9
3.2.5. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS	10
3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO	10
3.2.12. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	11
3.3 – OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES	11
3.4 – JUÍZOS DE VALOR	11
3.5 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO	11
3.6 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS	12
NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS	12
4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DA NCRF-PE COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS	12
4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS	12
4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS	12
4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES	12
4.5 – FLUXOS DE CAIXA	12
NOTA 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	13
NOTA 10. RÉDITO	13
NOTA 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	13
NOTA 16. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS	14
NOTA 17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	15

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Montantes expressos em Euros)

BALANÇO

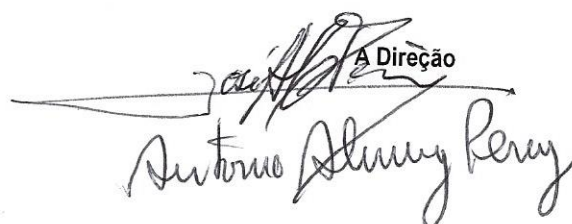
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2018 (1)	31/12/2017 (2)
ACTIVO:			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	5	442 033.95	464 146.23
Outros Activos Financeiros		1 876.63	1 579.57
		443 910.58	465 725.80
Activo corrente:			
Clientes	15	13 170.86	22 550.00
Outras créditos a receber	15	18 494.91	12 981.92
Diferimentos		479.45	1 604.47
Caixa e depósitos bancários	4	116 083.93	81 883.31
		148 229.15	119 019.70
Total do Activo		592 139.73	584 745.50
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundo Social		2 000.00	2 000.00
Resultados transitados		460 405.85	495 187.32
Resultado líquido do período		2 106.77	(34 781.47)
Total do Capital Próprio		464 512.62	462 405.85
PASSIVO:			
Passivo não corrente:			
Passivo corrente:			
Fornecedores	15	38 230.40	55 569.57
Estado e outros entes públicos		10 802.98	11 573.75
Outras passivos correntes	15	78 593.73	55 196.33
		127 627.11	122 339.65
Total do Passivo		127 627.11	122 339.65
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		592 139.73	584 745.50

O Contabilista Certificado nº 82337



A Direção



Antonio Alamy Perry

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Montantes expressos em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

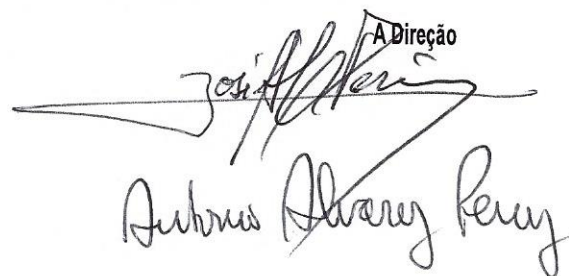
(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2018 (1)	31/12/2017 (2)
Vendas e serviços prestados	17	679 376.18	637 038.99
Subsídios à exploração		79 546.00	34 360.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-	-
Fornecimentos e serviços externos	17	(286 852.52)	(292 403.30)
Gastos com o pessoal	16	(420 252.84)	(379 125.26)
Outros rendimentos		15 614.79	13 787.81
Outros gastos		(18 858.69)	(4 426.83)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		48 572.92	9 231.41
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(46 466.15)	(44 012.88)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		2 106.77	(34 781.47)
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos (EBT)		2 106.77	(34 781.47)
Resultado líquido do período		2 106.77	(34 781.47)

O Contabilista Certificado nº 82337



A Direção



António Álvaro Perry



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 De Dezembro de 2018

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Sociedade Espanhola de Beneficência, pessoa coletiva n.º 501 371 346, com sede na Avenida D. Rodrigo da Cunha, n.º 1, 1700-137 Lisboa, Portugal, tendo sido constituída no ano de 1917, tem por finalidade o auxílio em Portugal a cidadãos espanhóis necessitados assim como em função das suas capacidades e disponibilidades, apoiar outras pessoas ou situações que igualmente se enquadrem no âmbito dos seus serviços e atividades, cujo código CAE é 87301.

As Demonstrações Financeiras são expressas, monetariamente, em euros, salvo se indicado em contrário.

A numeração não constante neste anexo não é aplicável a esta entidade.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo aprovada pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade. Na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras anexas foram integralmente adotadas as disposições relevantes previstas na Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo, não existindo quaisquer derrogações

2.3 - Os critérios de reconhecimento e bases de mensuração adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras não sofreram alterações, pelo que não existem quaisquer restrições, ao nível de comparabilidade, entre as diferentes rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, ou seja, o conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.



NOTA 3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que a atividade tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)



descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2.– POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de cálculo linear (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é reconhecida como gasto a afetar os resultados operacionais, na base do método de cálculo linear (quotas constantes), de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Edifícios e outras construções	-	10 a 50 anos
Equipamento básico	-	7 a 20 anos
Equipamento de transporte	-	4 a 6 anos
Equipamento administrativo	-	4 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	-	4 a 14 anos

3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da entidade.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante em período de quatro anos (cinco anos para a segurança social=, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Os membros da entidade entendem que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e para-fiscal da entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, a entidade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

3.2.5. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização das vendas, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.12. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 – OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidências objetivas de imparidade, nomeadamente na qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.4 – JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.5 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)

3.6 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DA NCRF-PE COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NCRF-ESNL.

4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

4.5 – FLUXOS DE CAIXA

A quantia escriturada e movimentos do período do caixa e depósitos bancários é a seguinte:

	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	358.13	9 099.71	9 355.48	102.36
Depósitos à Ordem	81 508.02	779 186.31	744 729.92	115 964.41
Outros depósitos bancários	17.16	-	-	17.16
Total de caixa e depósitos bancários	81 883.31	788 286.02	754 085.40	116 083.93
Dos quais : Depósitos bancários no exterior				

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Montantes expressos em Euros)
NOTA 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31/12/2018, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, foi o seguinte:

Quantia escriturada e movimentos do período em activos fixos tangíveis

	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros AFT	TOTAL
1 Quantia Bruta Inicial	734 812.52	111 013.31	21 500.00	21 696.07	22 694.51	911 716.41
2 Depreciações acumuladas iniciais	289 686.66	103 047.37	21 500.00	12 270.59	21 065.56	447 570.18
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais						-
4 Quantia Líquida escriturada inicial (4=1-2-3)	445 125.86	7 965.94	-	9 425.48	1 628.95	464 146.23
5 Movimentos do período (5=5.1-5.2+5.3+5.4+5.5+5.6)	(23 797.02)	362.83	-	258.09	1 063.82	(22 112.28)
5.1 Total das Adições	16 332.35	3 701.05	-	2 520.05	1 800.42	24 353.87
Aquisições em 1ª mão	16 332.35	3 701.05	-	2 520.05	1 800.42	24 353.87
5.2 Total das Diminuições	40 129.37	3 338.22	-	2 261.96	736.60	46 466.15
Depreciações	40 129.37	3 338.22	0.00	2 261.96	736.60	46 466.15
Abates					0.00	-
Outras						-
6 Quantia Escriturada Final (6=4+5)	421 328.84	8 328.77	-	9 683.57	2 692.77	442 033.95

NOTA 10. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2018 é detalhado conforme se segue:

Vendas	-
Prestação de serviços	679 376.18
Juros	55.06
	<u>679 431.24</u>

NOTA 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

Informação relativa a activos e passivos financeiros

	Mensurados ao custo
Activos Financeiros:	31 665.77
Clientes	13 170.86
Outras créditos a receber	18 494.91
Passivos Financeiros:	
Fornecedores	38 230.40
Outras passivos correntes	78 593.73

NOTA 16. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 30 pessoas, tendo sido 34 em 31/12/2017.

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas

	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	30	53 783
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	30	53 783
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO	27	50 559
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	27	50 559
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL	3	3 224
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	3	3 224
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	6	10 757
Mulheres	24	43 026

A repartição dos gastos com o pessoal no decorrer do exercício, foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	Valor
Gastos com pessoal	420 252.84
Remunerações do pessoal	338 836.62
Das quais: Participação nos lucros	
Benefícios pós emprego	
Outros benefícios	0.00
Encargos sobre remunerações	73 601.75
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	3 838.20
Outros gastos com pessoal	3 976.27

NOTA 17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Informação por actividades economicas

Actividades Económicas	
Actividade CAE	Total
2 Prestações de serviço	679 376.18
4 Fornecimentos e serviços externos	286 852.52
7 Numero médio de pessoas ao serviço	30
8 Gastos com pessoal (8=8.1+8.2)	420 252.84
8.1 Remunerações	338 836.62
8.2 Outros (inclui pensões)	81 416.22
9 Activos fixos tangíveis	442 033.95
9.1 Quantia escriturada líquida final	442 033.95
9.2 Total das aquisições	24 353.87
9.3 Das quais: em edificios e outras construções	16 332.35

Informação por mercados geográficos

Mercados Geográficos	
Interno	Total
2 Prestações de Serviço	679 376.18
4 Fornecimentos e serviços externos	286 852.52
5 Aquisições de activos fixos tangíveis	24 353.87
8 Rendimentos Suplementares	9 574.02
8.5 Outros	9 574.02

O CONTABILISTA CERTIFICADO Nº 82337



A DIREÇÃO

